

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.644.397 - SC (2019/0384449-7)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : MUNDOCAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
ADVOGADOS : LÚCIO JOSÉ RUBIK E OUTRO(S) - SC002378
CARLOS EDUARDO RUBIK - SC015236
ANDRE LUIZ RUBIK - SC028689
AGRAVADO : DANIELA SCHOTTEN
ADVOGADO : CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES E OUTRO(S) -
SC018728
INTERES. : GUGA COMERCIO E LOCACAO DE VEICULOS LTDA
OUTRO NOME : PONTUAL AUTOMOVEIS
ADVOGADO : THYAGO AFFONSO MAIA DE SOUZA E OUTRO(S) -
SC032987
INTERES. : ITAU UNIBANCO S.A
ADVOGADO : RODRIGO GUILHERME QUINT E OUTRO(S) - SC030853

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por MUNDOCAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.º 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de MUNDOCAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, a parte Recorrente foi intimada da decisão agravada em 20/08/2019, sendo o agravo somente interposto em 03/10/2019.

O recurso é, pois, manifestamente intempestivo, porquanto interposto fora do prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 994, VIII, c.c. os arts. 1.003, § 5.º, 1.042, *caput*, e 219, *caput*, todos do Código de Processo Civil.

Segundo a orientação jurisprudencial desta Corte Superior, a interposição de recurso manifestamente incabível não interrompe o prazo recursal. Na espécie, os embargos de declaração opostos em face da decisão que inadmitiu o recurso especial não

Superior Tribunal de Justiça

são o recurso adequado ou cabível à espécie. Nesse sentido, o AgInt no AREsp 1261554/SP, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 13/08/2018.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente